

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Gabinete do Presidente

**Despacho n.º 9348/2001 (2.ª série).** — Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 51/92, de 11 de Abril, determino que no presente ano as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas se realizem na cidade do Porto.

19 de Março de 2001. — O Presidente da República, *Jorge Sampaio*.

**Despacho n.º 9349/2001 (2.ª série).** — Nos termos do artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 51/92, de 11 de Abril, nomeio presidente da comissão organizadora das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, para o ano 2001, o Dr. João Pedro Bénard da Costa, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2001.

19 de Março de 2001. — O Presidente da República, *Jorge Sampaio*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Gabinete do Ministro da Presidência

**Despacho n.º 9350/2001 (2.ª série).** — 1 — Fica autorizada, para os devidos efeitos, a adjunta do meu Gabinete licenciada Maria Manuela Leite Lopes Marques Pires Marinho, assessora principal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, a exercer funções docentes no ensino superior.

2 — O presente despacho produz efeitos a 14 de Setembro de 2000.

4 de Março de 2001. — O Ministro da Presidência, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

### Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

**Despacho n.º 9351/2001 (2.ª série).** — 1 — Nos termos conjugados do disposto nos artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 286/92, de 26 de Dezembro, e no despacho n.º 21 496-T/99, de 10 de Novembro, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 262, de 10 de Novembro de 1999, nomeio a Prof.ª Doutora Cristina Maria Machado de Queiroz Leitão consultora principal do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2001.

9 de Abril de 2001. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Vitalino José Ferreira Prova Canas*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Despacho conjunto n.º 403/2001.** — Nos termos do artigo 3.º e do n.º 1, da alínea *a*) do n.º 6 e do n.º 7 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e ao abrigo do artigo 19.º e do n.º 3 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, é nomeado presidente do Instituto de Reinserção Social, em comissão de serviço, o licenciado António Esperto Ganhão, assessor do referido organismo, possuidor da reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Abril de 2001. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Abril de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro da Justiça, *António Luís Santos Costa*.

### Currículo profissional

1 — Identificação:

Nome: António Esperto Ganhão;  
Data de nascimento: 28 de Junho de 1955;  
Habitação académica: licenciatura em Direito.

2 — Principais lugares ocupados e cargos exercidos:

De 15 de Maio de 1978 a 13 de Setembro de 1981: monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde leccionou Direito Fiscal, Direito Internacional Público e Direito Financeiro;

De 12 de Janeiro de 1983 a 15 de Março de 1984: chefe da delegação de Évora da então Direcção-Geral dos Serviços Judiciários;

De 16 de Março de 1984 a 20 de Novembro de 1985: subdirector-geral dos Serviços Judiciários;

De 1 de Abril de 1987 a 10 de Fevereiro de 1988: chefe de divisão da então Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores;

De 11 de Fevereiro de 1988 a 11 de Março de 1990: director do Departamento de Coordenação e Apoio Técnico da Delegação Regional de Lisboa do Instituto de Reinserção Social;

De 12 de Março de 1990 a 11 de Março de 1993: subdirector da Direcção dos Serviços de Justiça de Macau;

De 12 de Março de 1993 a 27 de Outubro de 1995: assessor do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça;

De 28 de Outubro de 1995 a 28 de Novembro de 1996: adjunto do Ministro da Justiça;

De 29 de Novembro de 1996 a 19 de Dezembro de 1999: chefe do Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça de Macau;

De 20 de Dezembro de 1999 a 16 de Julho de 2000: consultor da Secretária para a Administração e Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau;

De 9 de Outubro de 2000 até à data: vice-presidente do Instituto de Reinserção Social.

3 — Principal formação profissional complementar:

Frequência do seminário Contencioso Administrativo (INA);  
Frequência do seminário Organização Judiciária (Conselho da Europa);

Frequência do curso Feitura das Leis (INA);  
Frequência do curso Técnicas de Organização e Gestão (DGAP);  
Frequência do seminário Lei Tutelar Educativa: Preparar o Futuro (IRS).

4 — Outras tarefas e trabalhos efectuados:

Co-autor do livro *Anotações à Lei Orgânica das Secretarias Judiciais e Estatuto dos Funcionários de Justiça e Legislação Complementar*, 1983;

Autor do estudo «A reinserção social de justiça em Macau», publicado em *Administração*, 1992;

Representante do Ministério da Justiça no Conselho Superior de Medicina Legal (1994-1995);

Autor do estudo «Acumulação de funções no funcionalismo público. Regime jurídico geral», publicado na *Revista do Ministério Público*, 1996;

Autor do estudo «Intervenção judiciária no consumo de droga. Regime jurídico», publicado no *Boletim do Ministério da Justiça*, 1996;

Formador do módulo Organização Judiciária dos cursos de formação de oficiais de justiça de Macau (1998, 1999, 2000);

Autor do estudo «A organização judiciária na Região Administrativa Especial de Macau: o Estatuto do Ministério Público», publicado em *Perspectivas do Direito*, 1998;

Autor do estudo «O tratamento dos toxicodependentes delinquentes menores e adultos em Macau», publicado em *Administração*, 2000.

**Despacho conjunto n.º 404/2001.** — Nos termos do artigo 3.º e do n.º 1, da alínea *a*) do n.º 6 e do n.º 7 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e ao abrigo do artigo 15.º e do n.º 3 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, é nomeado director-geral dos Serviços Prisionais, em comissão de serviço, o licenciado João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo, assessor principal do quadro do Instituto de Reinserção Social, possuidor da reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Abril de 2001. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Abril de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro da Justiça, *António Luís Santos Costa*.